

# Discurso sobre corrupção no escândalo dos cartões corporativos: dizer ou não dizer “CPI da Tapioca”

(Discours sur la corruption dans le scandale des cartes de crédit d'entreprise: dire ou ne dire pas “CPI de la Tapioca”)

**Sidnay Fernandes dos Santos**

Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

sidnayfernandes@hotmail.com

**Resumé:** Cet article présente une partie de la recherche en cours dans le cadre du programme de master en linguistique de l'Université de São Carlos. Le but de ce travail est analyser le discours sur la corruption dans les médias imprimés. Pour discuter comment le sens explicités dans l'épisode de la “tapioca” est ont été matérialisés dans les médias, nous avons choisi des textes publiés dans les magazines *Veja* et *CartaCapital* face à la “CPI” intentée pour faire des investigations sur les irrégularités dans l'utilisation des cartes de crédit d'entreprise du gouvernement federal. Basés sur l'analyse du discours de tradition française, nous discutons la relation entre le discours et l'histoire, à partir des concepts intrinsèques à la notion d'événement discursif postulés, notamment par Foucault et Pêcheux.

**Mots-clés:** événement; cartes de crédit d'entreprise; corruption; discours; histoire.

**Resumo:** Este artigo apresenta um recorte da pesquisa em andamento no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos acerca do discurso sobre corrupção na mídia impressa. Com o objetivo de discutir como os sentidos sobre o episódio da “tapioca” são materializados na mídia, elegemos textos publicados nas revistas *Veja* e *CartaCapital* que versam sobre a CPI instalada para investigar denúncias de irregularidades no uso dos cartões corporativos do Governo Federal. Nessa perspectiva, pautados na Análise de Discurso de tradição francesa, discutimos a articulação entre discurso e história, a partir de conceitos intrínsecos à noção de acontecimento discursivo postulados, principalmente, por Foucault e Pêcheux.

**Palavras-chave:** acontecimento; cartões corporativos; corrupção; discurso; história.

## Considerações iniciais

Os acontecimentos em torno do uso inadequado dos cartões corporativos por funcionários do Governo Federal e da Presidência da República circularam intensamente na mídia brasileira desde final de janeiro de 2008 até início de junho do mesmo ano, quando os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI dos Cartões — foram encerrados. O caso veio à tona quando se descobriu que alguns ministros usaram os cartões de crédito do governo para custear despesas pessoais.

Durante o mês de fevereiro de 2008, a discussão pautou-se sobremaneira em torno da criação ou não de uma CPI para investigar as denúncias que envolviam não apenas ministros, mas funcionários dos mais diversos escalões do Governo Federal Brasileiro. Como esse assunto ocupou as principais manchetes dos noticiários brasileiros durante esse período, trazendo à baila discursos heterogêneos recheados de já-ditos em torno da temática corrupção, decidimos focalizá-lo neste artigo.

Na abrangência de uma série de acontecimentos discursivos sobre a instalação de tal CPI, recortamos, nesta análise, um acontecimento circulado no início do escândalo que volta a circular neste momento: o fato de Orlando Silva, Ministro dos

Esportes, ter usado o cartão corporativo para pagar tapioca no valor de R\$ 8,30. Para nortear nossa reflexão, selecionamos o texto de capa da revista *CartaCapital* e a respectiva reportagem “O enredo da tapioca”, veiculados em 20 de fevereiro de 2008, a reportagem “A fábula da CPI dos Cartões”, publicada em *Veja* na mesma data e, ainda para fomentar esse diálogo, um texto veiculado na revista *Veja* — de 02 de abril de 2008 — sobre o episódio do sorvete de tapioca que a presidência da CPI tomou durante a sessão.

Focalizamos algumas imagens que integram estes textos – apresentadas com proeminente destaque – com a finalidade de interpretar os sentidos produzidos por estas instituições midiáticas. A escolha de tais imagens justifica-se não somente pela veemente referência e caracterização, conforme a ótica discursiva de cada instituição, da CPI, mas também porque retomam, de certa forma, o acontecimento que envolve o pagamento de tapioca com cartão corporativo do Governo Federal.

Diante desse material de análise, as seguintes indagações se impuseram: Por que *CartaCapital* retoma o episódio da “tapioca”? Por que *Veja* silencia-se em relação a isso? Qual a relação da emergência ou não de tais enunciados com os sentidos produzidos sobre corrupção nesses espaços midiáticos? Assim, como não poderia ser diferente, somos guiados, por excelência, pelo que postula Foucault (1986 [1969], p. 39) ao afirmar que a descrição de acontecimentos do discurso coloca a seguinte questão: “como apareceu determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”

Como abordamos, neste texto, a produção discursiva da mídia impressa sobre o episódio da “tapioca” e, por imbricação, sobre a instalação ou não da CPI para investigar o escândalo em torno dos cartões corporativos, consideramos não somente aspectos postulados por Foucault sobre as condições de formação dos discursos, mas discussões propostas por Pêcheux acerca de acontecimento e circulações discursivas. Buscamos também, para respaldar nossa interpretação, vários autores que, de uma forma ou de outra, estudam os acontecimentos discursivos.

Nesse bojo, refletimos ainda a função do jornalista como “historiador” em primeira instância, uma vez que ele “rascunha” a história do tempo presente. E, nessa empreitada, pensamos na escrita da mídia, sob o viés da estabilização de sentidos e, conseqüentemente, na sua função de geradora de memória.

Ancorados em nosso aparato teórico-metodológico e com o objetivo de refletir nossas inquietações, esboçamos, inicialmente e em linhas bem gerais, alguns aspectos relativos à inserção da história nos estudos da Análise de Discurso e, posteriormente, focalizando mais detidamente o nosso material de análise, interpretamos o discurso de *CartaCapital* e o discurso de *Veja* acerca dos acontecimentos que elegemos para análise.

## **Um pouquinho de história da História**

A articulação entre língua e história é uma questão que, desde a gênese da Análise do Discurso na França no final da década de 1960, está em pauta no âmbito dos estudos discursivos. Tal discussão “travada” entre os pesquisadores do grupo em torno de Michel Pêcheux demarca até o próprio surgimento desse campo do saber.

Nos anos 70, no entanto, essa articulação torna-se mais intensa. Guilhaumou (2009), quando aborda a relação entre História e Linguística, refere-se à década de 1970

como a época em que o discurso se estabelece como objeto da história e cita, dentre outros, os seus trabalhos, os trabalhos de Régine Robin e de Denise Maldidier.

Nessa década, a relação entre analistas de discurso e Michel Foucault é bastante polêmica, mas, a partir de 1980, os trabalhos de Foucault, principalmente *A arqueologia do saber* (1969), passam a ser retomados e re teorizados. Com esse movimento, Foucault passa a ocupar um lugar central no palco da Análise do Discurso e, a partir da forte aproximação entre linguistas e historiadores, são delineados novos rumos para os estudos discursivos.

Como a obra de Foucault, a partir de Nietzsche e da “Nova História”, estabelece uma relação com a História, a sua concepção de história é “tributária da ‘história-problema’ a partir da qual ele faz a crítica de certos fundamentos da concepção positivista da História tradicional” (GREGOLIN, 2004b, p. 21). Assim, propõe que a História – focalizada em sua dispersão e em sua descontinuidade – não seja mais “o lugar do repouso, da certeza, da reconciliação – do sono tranquilizado” (1986 [1969], p. 27).

Na perspectiva da Nova História, a história é concebida como interpretação. Não mais o caráter de objetividade que vigorava na história tradicional, mas a escrita da história entendida enquanto agenciamento do historiador que, conforme De Certeau (apud GREGOLIN, 2004b, p. 23), equivale ao “trabalho de pôr à parte, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outro modo”. Para Gregolin:

se há um efeito de ‘realidade’ criado no texto histórico, ela vem de procedimentos discursivos, de formas linguísticas que constroem legitimidade no interior de uma instituição social e que produzem a ilusão de objetividade. Trata-se, portanto, de um agenciamento de signos que, ao produzir ‘efeitos de verdade’, levam uma sociedade a interpretar-se e a compreender-se através dessa interpretação. (2004b. p. 23)

Como a Nova História valoriza não só o descontínuo e o simultâneo, mas também novos objetos e novos sujeitos, ela “dá novo sentido ao acontecimento”, pois trata-se de uma história serial, definida a partir de um conjunto heterogêneo de relações que fazem emergir diferentes estratos de acontecimentos.

Para o próprio Foucault, o que há de comum entre ele e os historiadores é o interesse pelo acontecimento. E, nessa perspectiva, é o fato de ele considerar “o discurso como uma série de acontecimentos que o situa automaticamente na dimensão da história” (FOUCAULT, 2006, p. 258).

A noção de discurso como acontecimento discursivo deve ser entendida, pois, no horizonte da história descontínua e serial postulada por Foucault e, mais ainda, deve ser percebida na irrupção discursiva, ou melhor, é na irrupção de um enunciado que se concretiza o acontecimento discursivo. O enunciado é, assim, um acontecimento porque ao surgir ele materializa um sentido e não outro.

Para Navarro-Barbosa (2004, p. 112), a noção de acontecimento abarca o enunciado concebido não apenas enquanto uma formulação, mas enquanto registro e, assim, essa noção de acontecimento “coloca o enunciado no campo de uma memória”.

Pêcheux, valendo-se dos postulados de Foucault e da Nova História, redefine, a partir de 1980, muitos de seus conceitos, instituindo mudanças significativas no campo da Análise do Discurso. Gregolin sublinha que Pêcheux:

explicita claramente as mudanças de rumo imprimidas aos trabalhos devido à aproximação com os historiadores... ele acentua as contribuições de Foucault e da “Nova História” para as reconfigurações das pesquisas sobre o discurso. Aos pesquisadores da “Nova História” Pêcheux atribui o mérito de tratarem das lutas políticas, dos funcionamentos institucionais a partir da tematização da discursividade, colocando em causa a transparência da língua. (2004a, p. 171-172)

Dentre essas contribuições para as reconfigurações das pesquisas discursivas assinaladas pelo próprio Pêcheux, destacamos aqui a concepção de discurso. O conceito de discurso passa, então, sob a égide da história, a ser concebido, simultaneamente, como estrutura e acontecimento.

Em *O Discurso: Estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (2006 [1983]), considerando o linguístico e o histórico das materialidades discursivas, aborda a relevância da circulação dos enunciados e, dessa forma, enfatiza a necessidade de aprofundar a crítica das relações entre o funcionamento da mídia e aquele da “classe política”. O autor, na esteira da materialidade linguística e histórica do discurso, analisa um acontecimento midiático e, com isso, estabelece balizas para os analistas de discurso trilharem os caminhos interdependentes do discurso e da história.

Essas breves considerações acerca da articulação entre discurso e história possibilitam-nos situar conceitos que mobilizamos na análise desenvolvida a seguir.

### **Discurso em *CartaCapital*: por que enunciar “CPI da Tapioca”?**

*CartaCapital*, em sua edição de 20 de fevereiro de 2008, retoma, na capa da revista, um enunciado proferido pelo Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo: “CPI da Tapioca”. O referido ministro, no dia 31 de janeiro de 2008, ao dar um depoimento, ironizando a iniciativa da oposição de pedir a instalação de uma CPI para investigar supostas irregularidades no uso dos cartões corporativos do governo federal, diz: “Com toda sinceridade, acho que não é o caso. Vai fazer o quê? Convocar um ministro de Estado para explicar o gasto de R\$8,30 com uma tapioca? Vai virar a CPI da Tapioca?” (*Folha online*, 31/01/2008).

Esse acontecimento discursivo, singular e repetível conforme a teoria foucaultiana, só pode ser interpretado considerando que sua emergência pressupõe articulações com outros enunciados. Nessa perspectiva, o enunciador Paulo Bernardo realiza um gesto singular, mas ao mesmo tempo atualiza uma memória relacionada à criticada atitude do ministro dos esportes. E, como o enunciado “é único, mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro” (FOUCAULT, 1986 [1969], p. 32), a formulação do Ministro do Planejamento é retomada em *CartaCapital*.

Considerando, pois, a rede interdiscursiva da mídia jornalística, *CartaCapital*, ao atualizar pré-construídos materializados no discurso de Paulo Bernardo, assim formula seu texto de capa:



Figura 1: *CartaCapital*, 20 de fevereiro de 2008

*CartaCapital*, apesar de conjugar, nessa capa, linguagens verbal e imagética, valoriza o visual. As imagens da tapioca e do cartão de crédito centralizadas na página sobre o fundo preto são apresentadas com dimensões muito próximas do real. Essa ilustração, produzida especificamente para figurar na capa da revista, refere-se metonimicamente ao escândalo dos cartões corporativos.

Mesmo sem o texto verbal, o leitor, ao “olhar” para a representação da tapioca sendo recheada por um cartão de crédito, seria direcionado ao acontecimento em questão: comprar tapioca com cartão corporativo do governo federal. E essa particularização não deixaria dúvida de que a reportagem abordaria o escândalo em geral, com todas as denúncias e não apenas esta. Para Fresnault-Deruelle (1993), a imagem possui uma mudez que fala e, nessa vertente, a narratividade que permeia o interior dessa imagem, aciona uma memória que condensa em si todo um dizer.

Mas os efeitos de sentido produzidos não se limitam a isso. A linguagem imagética, conjuntamente com a manchete “E VAMOS À CPI DA TAPIOCA...” e a chamada “A oposição insiste na investigação de casos de pequena dimensão na esperança de atingir Lula”, produz um efeito de sentido similar ao sentido formulado por Paulo Bernardo. Com isso *CartaCapital* desmerece a necessidade de instalar uma CPI para investigar esse escândalo? Por quê?

A manchete, em letras garrafais, é também destacada ao estabelecer uma sintonia semântica e tipográfica com a imagem. E, em destaque, a revista enuncia “CPI da Tapioca” e não “CPI dos Cartões Corporativos”. Ela optou por colocar em circulação uma formulação empregada jocosamente não apenas pelo Ministro do Planejamento, mas, posteriormente, por muitos aliados do governo Lula. Para Sargentini (2008, p. 134), como a mídia prioriza a circulação de acontecimentos, a constituição e a formulação dos discursos ficam em segundo plano. Há, assim, “um apagamento do sujeito em função da circulação de um enunciado obscuro no qual o mais importante não é quem diz ou para quem se diz, mas a própria circulação”. *CartaCapital* utiliza a construção “CPI da Tapioca”, mas apaga a “gênese” desse dizer. Só o leitor que está bem informado sobre tais fatos identifica a atualização da memória. Também, na perspectiva foucaultiana, tal “gênese” do dizer não é o mais relevante para o processo interpretativo.

O enunciado “E vamos à CPI da Tapioca...” inscreve-se, assim, no interior de uma formação discursiva (FD) que acredita não ser necessária uma CPI, pois duvida da

real dimensão atribuída ao escândalo e, dessa forma, é uma formação discursiva que apresenta simpatia pelo Governo Lula. Como a própria revista enuncia: “são casos de pequena dimensão”. Por serem, então, “casos de pequena dimensão”, os efeitos de sentido produzidos revelam não se justificar a proporção que a mídia e a oposição atribuem ao fato e, conseqüentemente, não ser proveitoso dedicar tanto esforço, via uma CPI, para tão pouco.

Desde a capa, o foco da reportagem recai sobre a oposição na tentativa de construir sentidos que desqualifiquem seu veemente discurso em prol da instalação da CPI. *CartaCapital* traz o discurso da oposição – e também de muitas instituições midiáticas – ao enunciar que ela “insiste na investigação”, mas ao especificar o que será investigado – “casos de pequena dimensão” – e o objetivo de tal investigação – “atingir Lula”, materializa no enunciado marcas linguísticas de sua própria formação discursiva.

Esse enunciado inscreve-se, pois, numa rede de formulações que defendem o Governo Lula, mais especificamente, formulações divulgadas pelos aliados do governo. É um enunciado atravessado por já-ditos em outros lugares e em outros momentos. E assim, no meio dessa heterogeneidade e dispersão constitutivas desse enunciado, a unidade faz-se presente. Nessa perspectiva convém destacar a concepção de formação discursiva postulada por Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso, em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (1986 [1969], p. 43)

Pautados na concepção foucaultiana, percebemos que as regularidades enunciativas manifestadas entre *CartaCapital* e representantes do Governo Lula não se limitam ao espaço da capa. Na reportagem, concretiza-se — a partir da seleção feita pelo sujeito enunciativo de discursos outros, de fatos e de informações — o empenho de construir sentidos que corroborem o que é dito na capa.

O próprio título da reportagem, “O enredo da tapioca”, reforça a ideia pejorativa com a qual é tratada a possível CPI. E, logo no início, o sujeito enunciativo questiona a real dimensão do escândalo dos cartões corporativos e, ao longo da reportagem, traz argumentos que desvalorizam a necessidade de instalar uma CPI. Dentre esses argumentos, três se destacam: a dificuldade de investigar tais casos, o próprio objetivo da CPI e a perda de tempo com casos pequenos.

A dificuldade de investigação é corroborada pelo fato de a própria Controladoria Geral da União (CGU) não ter condições de priorizar a fiscalização com despesas pequenas como essas dos cartões de crédito que equivalem a apenas 0,004% do total de despesas anuais do Governo Federal. Quanto ao “real” objetivo da CPI, *CartaCapital* menciona que a oposição pensa em fins eleitorais, pois, para a revista, o objetivo é expor o Governo Lula às vésperas das eleições municipais. O sujeito enunciativo diz ainda que, “sem nenhum prejuízo ao necessário controle dos desvios de dinheiro público”, debruçar sobre gastos pequenos com objetivos eleitorais, “sem nenhuma

utilidade prática para o cidadão comum”, representa uma perda de tempo, pois, enquanto isso, projetos importantes do governo são deixados de lado.

*CartaCapital* refere-se ao possível acordo entre oposição e governo para que a CPI seja controlada, não envolvendo com isso os gastos diretos e sigilosos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, mas não enfatiza esse fato. O foco discursivo recai sobre a significação que permeia o sintagma “CPI da Tapioca”, ou seja, não há motivo para se instalar uma CPI.

Com esses efeitos de funcionamento discursivo, os enunciados, inscritos no interior de uma formação discursiva que rejeita a criação da CPI e postos em circulação por *CartaCapital*, dependem da história, mas, discursivamente, também constroem a história. Também por isso, entendemos a opção da revista por colocar em circulação a expressão “CPI da Tapioca”, na tentativa de estabilizar esse sentido.

### Discurso em *Veja*: por que não enunciar “CPI da Tapioca”?

Em 20 de fevereiro de 2008, *Veja* publica a reportagem “A fábula da CPI dos Cartões”, na qual aborda possibilidades e negociações em torno da criação da CPI para investigar os gastos com cartões corporativos do governo federal.

Embora ambas as revistas tenham circulado na mesma semana, *Veja*, diferentemente de *CartaCapital*, focaliza, em seu texto, além do acordo entre governo e oposição para controlar as investigações, de forma a não envolver os gastos diretos do atual e do anterior presidente da República, a necessidade de criação de uma CPI para investigar “gastos milionários” efetuados pelo Governo Lula com despesas emergenciais e esporádicas que, segundo ela, não estão transparentes no portal da CGU.

Nas duas primeiras páginas da reportagem, a revista prioriza a linguagem imagética. Duas imagens produzidas para ilustrar a reportagem ocupam uma página inteira e parte da outra.

Com o título “A FÁBULA DA CPI DOS CARTÕES” ampliado de modo a preencher as duas páginas, assim aparecem as imagens:



Figura 2: *Veja*, 20 de fevereiro de 2008

O próprio título, em complementaridade com a imagem, produz, satiricamente, o sentido de que a CPI será de faz de conta. Para Joly (1996, p. 121), “as imagens engendram as palavras que engendram as imagens em um movimento sem fim”. A complementaridade das imagens e das palavras reside, pois, no fato de que se alimentam umas das outras.

O sujeito enunciador destaca que o governo Lula propõe a CPI, mas com a pretensão de expandi-la aos gastos do governo FHC. Assim faz-se um acordo entre oposição e governo para limitar as investigações de forma que não causem constrangimento para nem um dos presidentes. *Veja* utiliza, além de suas formulações enunciativas, vários mecanismos discursivos, dentre eles, as próprias imagens e discursos outros para validar o seu próprio discurso: não se justifica investigar gastos do governo anterior uma vez que “não há fato determinado” para tal, mas se justifica e se faz necessária a instalação da CPI para investigar gastos do atual governo, pois foram detectadas irregularidades no uso dos cartões por representantes de seu governo. Discursos esses inscritos numa formação discursiva que defende veemente a criação da CPI e demonstram certa aversão ao Governo Lula.

Os dois pontos fortes da reportagem: criticar o acordo e defender a criação da CPI para comprometer o Governo Lula aparecem magistralmente significados nessas duas imagens. Na primeira, em complementaridade aos textos verbais – dados pesquisados da CGU – acoplados ao binóculo utilizado por uma pessoa, constrói-se o sentido de que não há tanta transparência – “apenas 11%” – no Portal da Transparência conforme “o governo alega”. Nessa imagem, ampliação e recorte da parte superior do rosto complementam a significação que a revista está circulando ao defender a criação da CPI para investigar os gastos do Governo Lula.

Na segunda imagem, a revista ridiculariza uma CPI arquitetada sobre um acordo entre oposição e governo. Em conformidade com o termo “fábula”, os circos armados pelos dois grupos políticos representam um convite para se assistir a um espetáculo já “ensaiado” por eles. E, assim, o enunciado “Não perca a primeira sessão da CPI dos Cartões” só faz complementar tal ridicularização. Com isso, o sujeito enunciador busca, tendo em vista seu papel de “jornalista-historiador” do tempo presente, construir uma memória. Como para tal é preciso fazer com que o “acontecimento registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância” (DAVALLON, 1999, p. 25), o sujeito enunciador descreve e interpreta o acontecimento de forma a atribuir-lhe a grandiosidade necessária para que ele fique na memória sob o ponto de vista de sua formação discursiva.

Logo após o título, o enunciado: “Acordo com a oposição limita as investigações sobre os gastos milionários do governo em despesas sigilosas” também corrobora os sentidos em construção nesse texto. Em suma, os gastos são milionários, não há transparência sobre eles, por isso é mais do que justificável uma CPI séria, uma “CPI dos Cartões” e não uma “CPI maneta”, como a própria revista caracteriza, ou uma “CPI da Tapioca”.

Embora a denominação “CPI da Tapioca” tenha demonstrado grandes possibilidades de enunciabilidade não só por ter sido pronunciada por Paulo Bernardo na mídia e por ter circulado em algumas instituições midiáticas e nos dizeres dos aliados do governo, mas também por seu caráter popular e derrisório, digamos assim, *Veja* não a utiliza. Ao refletir, considerando nosso estudo sobre a materialidade discursiva de *Veja*, os motivos que a levaram a não circular tal enunciado – e sim “CPI dos Cartões” – pressupomos que o fato desse dizer não se inscrever na formação discursiva da revista foi determinante para explicar esse silenciamento.

Enquanto *CartaCapital* refere-se a “casos de pequena dimensão”, *Veja* refere-e a “gastos milionários”. E essas opções enunciativas reforçam a maneira como caracterizam a CPI. O adjunto adnominal do sintagma “CPI da Tapioca” possui um caráter particular – de um “caso de pequena dimensão – e equivale, conotativamente, a



um emprego jocoso. Já o adjunto adnominal do sintagma “CPI dos Cartões” remete à totalidade dos casos e seu emprego embota-se de uma denotativa seriedade. Nesse sentido, dizer “CPI da Tapioca” significa considerar a CPI desnecessária. Ao passo que dizer “CPI dos Cartões” significa considerar necessária a CPI.

### **O episódio do sorvete de tapioca**

No dia 26 de março de 2008, o deputado Vic Pires (DEM-PA) distribuiu sorvete de tapioca aos integrantes da CPI durante a sessão, obviamente em alusão à tapioca comprada pelo Ministro dos Esportes com cartão corporativo.

Os integrantes da CPI tomaram o sorvete durante a sessão e esse acontecimento gerou uma série de acontecimentos discursivos, envolvendo principalmente a oposição, o governo e a mídia, que registrou e divulgou amplamente o acontecimento.

Várias fotos de Luiz Sérgio, relator, e de Marisa Serrano, presidente da CPI, tomando sorvete de tapioca, foram estampadas em jornais e revistas brasileiras. Muitas instituições midiáticas publicaram fotos desse episódio, com informações esclarecedoras sobre a situação e ainda o sabor do sorvete.

*Veja*, em sua edição de 02 de abril de 2008, também registrou o acontecimento:



**Figura 3:** Retrato da CPI: o relator Luiz Sérgio e a presidente Marisa Serrano; eles tomaram sorvete na sessão ( [http://veja.abril.com.br/020408/p\\_056.shtml](http://veja.abril.com.br/020408/p_056.shtml))

Como se vê nessa fotografia e na legenda, *Veja* registrou e fez circular parte do fato. As únicas informações e referências que apresenta na reportagem equivalem a essa fotografia e sua respectiva legenda. Na legenda: “Retrato da CPI: o relator Luiz Sérgio e a presidente Marisa Serrano; eles tomaram sorvete na sessão”, não se especifica o sabor do sorvete nem a situação que envolveu tal atitude. *Veja* silencia-se sobre essas informações.

O recorte e a inserção do sintagma nominal “Retrato da CPI” revelam que as informações foram agenciadas de forma a produzir apenas o sentido de crítica aos trabalhos da CPI. A CPI que a própria revista, em muitos textos, tanto defendeu com o objetivo de comprometer o Governo Lula. Mas até o momento isso não havia acontecido. A revista, nessa materialidade discursiva, critica os trabalhos da CPI, a partir de uma “realidade” que ela própria recortou para validar sentidos que se inscrevem em sua formação discursiva.

Diante dessa nossa interpretação, um questionamento emerge: Por que *Veja* se silencia quanto a uma parcela desse episódio e evita utilizar o termo “tapioca” até mesmo para especificar o sabor do sorvete?

Apesar de a CPI já ter sido criada e a pauta não girar mais em torno da “CPI da Tapioca”, como foi apelidada por representantes do Governo Lula, *Veja* não utiliza o termo “tapioca”. Esse silêncio significa nesse acontecimento discursivo. Na procura, então, de escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária (ORLANDI, 1999), observamos que o termo “tapioca” carrega a significação de “casos de pequena dimensão” e com isso toda a significação que abarca o fato de tal CPI ser desnecessária. Tal sentido não se filia, pois, à formação discursiva de *Veja*, por isso não corresponde à realidade apresentada a partir de sua escrita.

## Considerações finais

Buscamos, ancorados em nosso referencial teórico-metodológico, discutir as questões as quais propomos inicialmente. Nessa perspectiva, visamos a analisar tanto a formulação de sentidos sobre os acontecimentos discursivos que selecionamos quanto a sua circulação nos espaços midiáticos em questão, sem desconsiderar a relação que mantém com o processo de constituição dos discursos.

Como as imagens que elegemos estão inseridas em textos jornalísticos, nos quais a produção de sentidos se dá a partir da conjugação das linguagens imagética e verbal, tentamos considerar os textos em sua totalidade, apesar de priorizarmos, em nosso olhar, as imagens.

Tendo em vista que a imagem é “um operador de memória social” (DAVALLON, 1999, p. 31) não só no que se refere à atualização de uma memória, como também no que diz respeito a sua constituição, formulação e circulação em espaços midiáticos, percebemos, pela análise discursiva que empreendemos das imagens selecionadas de nosso arquivo, a motivação da mídia jornalística na criativa construção e seleção dos enunciados imagéticos. Enfim, tanto as imagens construídas especificamente para figurar nesses textos, quanto a fotografia – com a legenda “manipulada” – da presidência da CPI revelam uma prática interpretativa entrecruzando o processo descritivo dos sujeitos jornalistas.

Vimos também que diante do mesmo acontecimento – instalação ou não de uma CPI para investigar os gastos com cartões corporativos – *Veja* e *CartaCapital*, a partir do recorte operacionalizado sobre as ocorrências discursivas e históricas, produzem “retratos” diferentes.

Os mecanismos linguístico, imagético e histórico articulados nas materialidades discursivas foram determinantes para caracterizarmos os “retratos” produzidos por essas instituições midiáticas como inserções de duas formações discursivas opostas. As denominações “CPI da Tapioca” e “CPI dos Cartões” podem sintetizar as direções dessas duas formações discursivas. Como já mencionamos, dizer “CPI da Tapioca” significa crer (ou fazer crer) que a CPI é desnecessária, ao passo que não dizer “CPI da Tapioca” – ou simplesmente o vocábulo “tapioca” – e sim “CPI dos Cartões” significa crer (ou fazer crer) que a CPI é imprescindível.

*CartaCapital*, embora tente mostrar-se imparcial, filia-se à FD que defende a não criação da CPI e, por extensão, defende o Governo Federal diante desse escândalo. Em contrapartida, *Veja* inscreve-se na FD que defende a criação da CPI e, assim, suscita culpabilidade sobre representantes do Governo Federal no caso dos cartões corporativos.

Por considerar a concepção de história postulada por Foucault, trouxemos para nossa análise acontecimentos que emergiram em curtos períodos do tempo ainda presente materializados na escrita jornalística. Escrita esta que se posiciona como a escrita da história no sentido de ser controlada pelas práticas das quais resulta e “bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao leitor um lugar bem determinado” (DE CERTEAU, 2000, p. 65).

Diante de nosso gesto de interpretação, convém pensarmos ainda nos posicionamentos discursivos dos sujeitos enunciadore. Para Foucault, o sujeito é construído no discurso e fala sempre do interior de uma instituição. Os enunciados, em sua materialidade, seguem as regras determinadas historicamente pela relação entre prática discursiva e instituição.

Assim, os sujeitos discursivos de *Veja* – considerando os dois textos que selecionamos – obedecem à ordem discursiva desta instituição midiática que se situa, no momento, em posição de afinidade com a prática discursiva do PSDB e dos demais partidos de oposição ao Governo Lula. Em contrapartida, os sujeitos discursivos de *CartaCapital* seguem as regras determinadas por esta instituição que equivalem, no momento, a um discurso de “antipatia” às práticas discursivas do PSDB e demais partidos opositores.

Mattiussi, nessa direção, revela que

a grande maioria dos veículos de comunicação tem os seus intocáveis e os seus amigos. Instituições, empresas, partidos, autoridades, empresários... os chamados amigos da casa, que não se podem criticar ou mesmo noticiar fatos que de alguma forma possam comprometê-los. Na contramão, existem os chamados inimigos da casa, para os quais a orientação é sensacionalizar, pejorativamente, os fatos a eles relativos. (1997, p.172)

Qual o compromisso, então, da escrita jornalística com a “realidade” da história do tempo presente? Parece que o discurso jornalístico/midiático produz o “real” da história a partir do “real” da língua. Os sujeitos jornalistas das instituições em pauta revelam-se, pois, em disputa pela escrita da história do escândalo sobre os cartões corporativos. É uma disputa discursiva significativa, já que o que está em jogo é a construção de uma memória. Lutar pela estabilização de sentidos, seja em torno da “CPI da Tapioca” ou “fábula da CPI dos Cartões”, justifica-se pelo poder que a escrita jornalística conquistou na escrita da história do tempo presente.

Para Nora (1976, p. 181), ter acontecido o fato não é suficiente para ele se tornar histórico. Assim, para que haja acontecimento, é necessário que ele seja conhecido, discursivizado. Como os meios de comunicação são responsáveis pelo retorno do acontecimento, a história do tempo presente é construída em seu interior. “Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência” (NORA, 1976, p. 181)

Dessa forma, os meios de comunicação “detêm o monopólio da história. É por intermédio deles que o acontecimento se faz presente” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 118). Como os meios de comunicação são, assim, tão poderosos na escrita da história do tempo presente, entende-se a disputa travada entre *Veja* e *CartaCapital*, diante das

materialidades discursivas que analisamos, pela escrita da história, pela estabilização de determinados sentidos, por conseguinte, pela possibilidade de gerar uma memória.

Lembramos ainda que o acontecimento ascende-se ao estatuto de memória por conta da circulação que lhe é atribuída. É, pois, porque circula que o discurso fica na memória. Pêcheux (1981), na abertura do Colóquio *Matérialités Discursives*, refere-se ao modo como os discursos circulam, postulando que as circulações não são aleatórias. Para Davallon (1999), o desenvolvimento dos recursos empregados pela mídia ampliaram as possibilidades de instituir discursivamente – e pela circulação – uma memória social.

Retomando a célebre interrogação foucaultiana sobre a emergência de determinados enunciados e não outros, pensamos ter conseguido discutir alguns pressupostos que apontem possíveis respostas sobre as condições das formulações enunciativas materializadas em *CartaCapital* e em *Veja*. Quanto a isso, reforçamos que o enunciado possui existência material, possui uma função enunciativa e se inscreve no interior de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1986 [1969]).

Entendemos, nesse sentido, que a emergência dos discursos de *CartaCapital* e *Veja* – interpretados aqui – ecoa e justifica-se pela disputa em torno da construção da história, ou melhor, pela “gestação” de uma memória sobre a corrupção no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, em torno da questão de instalar ou não uma CPI para investigar gastos efetuados via cartão corporativo, sentidos sobre corrupção são constituídos no entrecruzamento de enunciados que fluem numa rede de formulações midiáticas que, por sua vez, também retomam formulações de políticos brasileiros. E, assim, nessa série de acontecimentos discursivos, *Veja* produz sentidos que aproximam as irregularidades no uso dos cartões a uma grande descoberta de corrupção. Já *CartaCapital* produz sentidos, principalmente por se validar no caso da “tapioca”, que distanciam tais irregularidades de atitudes corruptas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 23-38
- DE CERTEAU, M. Operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-119
- FRESNAULT-DERUELLE, P. *L'éloquence des images*. Paris: PUF, 1993.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. [1969]
- \_\_\_\_\_. *Estratégia, poder- saber*. (Vol. 4). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004a.
- \_\_\_\_\_. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. *Análise do discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004b. p. 19-42
- GUILHAUMOU, J. *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- MATTIUSI, D. O jornalismo brasileiro visto pelos críticos. In: DINES, A., VOGT, C.; MELO, J.M. (Orgs.) *A imprensa em questão*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997. p. 171-176
- NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 179-193
- NAVARRO-BARBOSA, P. L. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P.L. *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 97-130
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. Overture du Colloque Matérialités Discursives. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.; GADET, F.; MARANDIN, J. M.; PÊCHEUX, M. *Matérialités discursives*. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2006. [1983]
- SARGENTINI, V. M. O. O arquivo e a construção de memórias: o caso do apagão. In: ROMÃO, L.; GASPAR, N. (Orgs.) *Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2008. p. 131-142
- REVISTA CARTACAPITAL. Ano XIV, nº 483, 20/02/2008.
- REVISTA VEJA. Edição 2048, Ano 41, nº 07, Editora Abril, 20/02/2008.
- REVISTA VEJA. Edição 2054, Ano 41, nº 13, Editora Abril, 02/04/2008.
- <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u368661.shtml>. Acesso em: 31 jan. 2009.